

Projeto de Elaboração da Carta Local do Associativismo - Concelho de Peniche -

1. Introdução

A Câmara Municipal de Peniche reconhece que o associativismo local constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento do concelho, pelo papel decisivo que assume em domínios como a qualidade de vida da população, a coesão social e a identidade socio-territorial.

Não há dúvida de que as associações acabam por desempenhar uma importante função social, complementando o papel do Estado, sobretudo a nível do desporto, da cultura, do lazer, da recreação e da solidariedade social. Com efeito, para muitos municípios, o associativismo chega a constituir a principal, senão a única forma de acesso a atividades desportivas, culturais, recreativas, ou de apoio social. Para além disso, através do exercício do direito de associação, proporciona à população formas de participação cívica da maior relevância.

Na perspetiva do Município de Peniche, as associações, pela sua importância social, cultural, desportiva, recreativa e até económica, são polos de desenvolvimento das comunidades e dos diferentes territórios que constituem o Concelho de Peniche. Nessa medida, o incentivo ao associativismo é tido como um eixo central da política municipal para o desenvolvimento local, estando o Município empenhado em adotar medidas de apoio e de valorização à iniciativa das associações, nomeadamente através da criação e implementação de um instrumento de planeamento estratégico que consiste na CARTA LOCAL DO ASSOCIATIVISMO. O presente documento destina-se a apresentar o projeto de construção da Carta Local do Associativismo.

2. Enquadramento

2.1. A emergência do Desenvolvimento Local

A complexificação dos problemas e dos desafios que as sociedades contemporâneas enfrentam estão a exigir a mudança de paradigmas e a reconceptualização teórica, de modo a permitir a experimentação de soluções inovadoras ajustadas às particularidades dos problemas e às especificidades contextuais onde estes se inserem. Perante as sucessivas crises económicas, o enfraquecimento do Estado-Nação, a desacreditação da democracia representativa e o aumento da complexificação dos problemas sociais, tais como o desemprego, é imperativo encontrar soluções que criem alternativas relativamente às antigas formas de desenvolvimento. Atualmente, o conceito de desenvolvimento expandiu-se e deixou de restringir-se apenas às fronteiras da perspetiva “economicista”, passando a incluir outras dimensões tais como a social, a cultural, a política e a ambiental.

O conceito de desenvolvimento local surge nos anos 80, do séc. XX, inspirado num conjunto de experiências de terreno realizadas por todo o mundo – de “desenvolvimento comunitário”, de “desenvolvimento endógeno” ou “a partir de baixo” (*bottom-up*) e de “desenvolvimento alternativo” - que proclamavam as primeiras formas de descentralização da sociedade, da economia e do

território (Guia das OIDL, 2003). Devido ao modo da sua construção concetual, é muito complicado definir o conceito de desenvolvimento local é muito difícil, o que impossibilita a compreensão unívoca do seu sentido. Para efeitos de elaboração da Carta Local do Associativismo, entende-se por desenvolvimento local *“o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas”* (Amaro, 2004: 57).

Deste modo, o desenvolvimento local é o produto dos esforços da população de um dado território, feito através da mobilização e da coordenação dos seus recursos e energia, e pressupõe a existência de um projeto de desenvolvimento que integre as dimensões económicas, sociais, culturais, ambientais e políticas. Para criar melhorias significativas na vida de uma comunidade com base nos princípios do desenvolvimento local sustentável é imperativo investir em estratégias de reanimação das capacidades locais, de reforço dos laços de cooperação e de reforço e consolidação de parcerias internas e com atores externos. O desenvolvimento é um processo dinâmico que implica ação, onde os atores sociais assumem um papel preponderante uma vez que estão “dentro” dos problemas e apresentam-se como os principais recursos para o “seu” desenvolvimento. Segundo Roque Amaro, *“o local é por natureza integrado, tudo tem a ver com tudo, o que pressupõe um trabalho de parceria, a cooperação, a definição de ações conjuntas, a negociação dos conflitos e das solidariedades locais”*. (2000:167).

2.2. O papel do Associativismo no desenvolvimento local

A vida associativa está presente nas mais diversas áreas da atividade humana e contribui ativamente para o equilíbrio e a coesão social. Segundo Meister, é uma associação *“todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou atividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas e interesses”* (Viegas, 2004:34).

No que se refere à intervenção, o associativismo *“tem sido concebido como uma forma de organizar populações, de as levar a rentabilizar os seus recursos e capacidades, de melhorar as suas condições de vida, de as tornar capazes de decidir autonomamente os seus destinos e, ainda, de as levar a assumir-se e fazer-se representar junto dos poderes estatais”* (Capucha, 1990: 31). Para além de promoverem a democracia, a cidadania e a participação social, as associações têm desempenhado um papel muito importante ao nível da intervenção social, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida das populações através da promoção do acesso a bens e serviços (desporto, cultura, lazer, ação social, por ex.), complementando a ação do Estado e, muitas vezes, substituindo-se ao próprio Estado nessas funções.

O tecido Associativo é um produto social e, simultaneamente, porque se transforma com a evolução social, acontece também que reflete e participa ativamente nessa transformação. Faz parte da vida e da história da comunidade local, constituindo ao mesmo tempo um espelho das mudanças sociais que ocorrem e um motor que ajuda a produzir essas mudanças. O tecido associativo afigura-se assim como um fator preponderante de construção identitária do território que integra. Porque assenta em estruturas organizadas e representativas das populações, o associativismo é igualmente concebido como um importante vetor de promoção da participação social, que favorece o exercício da democracia e da cidadania. Segundo Sandra Coelho, *“os defensores de um processo de*

democratização plena da sociedade, assente na participação dos cidadãos na resolução das crescentes dificuldades com que um grande número de pessoas se debate na sua vida quotidiana (de ordem social, cultural, económica, etc.), afirmam e lutam para que se reconheça a importância crescente do associativismo sob as suas diferentes formas, quer como elemento estruturante da vida comunitária, quer porque o seu impacto sobre a vida do cidadão e da coletividade em geral não cessa de aumentar (inclusivamente, do ponto de vista económico) ” (2008:11).

As associações desempenham um papel preponderante na representação e na defesa dos interesses das comunidades locais, na medida em que transpõem para o debate público os problemas vividos pelas pessoas e comunidades e estimulam a consciência de pertença de “ser cidadão” e de pertencer a uma comunidade. É este sentimento de pertença que permite a construção de uma identidade coletiva, que irá orientar a ação coletiva na prossecução das transformações que se pretende alcançar com os processos de desenvolvimento local. É neste contexto que emerge a importância de um projeto *“como uma primeira estruturação de intenções, tentativa de clarificação de um percurso possível por parte de um conjunto de indivíduos, focalizados num espaço de ação, cimentados num mesmo objetivo e através de um processo permanente de construção de um processo de ação coletiva”* (Guerra, 2006:25). Neste contexto, a ação coletiva refere-se à mobilização associativa quer em termos de iniciativa individual de cada associação, quer em termos da cooperação interassociativa, ou ainda da ação associativa em articulação com outras organizações em prol do desenvolvimento local.

No quadro do desenvolvimento local o associativismo é visto como uma força estratégica que se propõe concretizar fins sociais e melhorar as condições de vida das pessoas e das comunidades nas mais diversas dimensões, assumindo um papel fundamental na procura de respostas aos problemas sentidos localmente e na promoção de um desenvolvimento local sustentável. A ênfase na importância da emergência da iniciativa local, na mobilização dos atores locais e na adoção de estratégias integradas, faz com que as associações locais ocupem um lugar central nos processos de desenvolvimento local. Segundo Coelho, *“as organizações de tipo associativo são o eixo nuclear de qualquer política de desenvolvimento, na medida em que constituem um pilar decisivo na construção de solidariedade em comunidade, são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania”* (2008: 4).

A importância da participação das associações nas dinâmicas de desenvolvimento local sustentável é ainda reforçada pela urgência do conceito de governança, que apela à necessidade de envolver uma multiplicidade de atores dos setores público, privado e sociedade civil nos diferentes níveis de decisão pública. De acordo com Henriques, a *governança* defende a transição do modelo de regulação social assente no papel central do Estado (*governança*) para um modelo assente em parcerias ou em outras formas de associação entre organizações governamentais e não-governamentais em que o Estado mantém tarefas de coordenação (Henriques, 2010). De acordo com esta visão, a superação dos problemas sociais contemporâneos pressupõe a constituição de parcerias locais com organizações de base local e que o Estado assuma um papel central na construção de novos modelos e instrumentos de regulação social. Reforçando, deste modo, a importância da coordenação do Estado local, neste caso do Município, no processo de criação, implementação e avaliação da Carta Local do Associativismo.

O tecido associativo de Peniche tem desempenhado um papel fundamental no âmbito da dinamização da cultura, do desporto, da solidariedade social, da cidadania e até da economia local,

contribuindo positivamente para o aumento do bem-estar e da qualidade de vida nos territórios onde desenvolvem a sua ação. O Município de Peniche reconhece que as associações são atores estratégicos na promoção do desenvolvimento e um dos eixos centrais da política municipal para o desenvolvimento local é precisamente o incentivo ao associativismo. Para efetivar esta política, é imperativo concertar e convergir os objetivos estratégicos municipais com as iniciativas desenvolvidas pelas associações, através da criação conjunta de um instrumento de planeamento estratégico que promova o compromisso de responsabilidade partilhada e a colaboração (inter)institucional - a Carta Local do Associativismo.

2.3. A importância dos Municípios para o desenvolvimento local

O papel dos Municípios no desenvolvimento local é sobejamente conhecido e reconhecido. Contudo, devido ao aumento da complexificação dos problemas sociais contemporâneos tornou-se imperativo a experimentação de soluções inovadoras adaptadas às especificidades dos problemas e dos territórios que se reportam. O desenvolvimento local apresenta perspectivas de ação que podem constituir-se enquanto respostas efetivas à superação destes problemas e os municípios, por sua vez, constituem-se enquanto atores chave legitimados para promover iniciativas.

O artigo 235.º da Constituição Portuguesa¹ apela ao papel central das autarquias nos processos de desenvolvimento local - *“as autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”*. Para além do capital social de intervenção dos municípios, o decreto-lei n.º 75/2013 de 12 de setembro estabelece de forma expressa que os municípios desenvolvem especificamente competências nos domínios da promoção do desenvolvimento. Este diploma, que enquadra o regime jurídico das autarquias locais, descreve ainda que, para além dessa competência genérica, *“constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”* em domínios como o património, cultura e ciência; tempos livres e desporto; ação social; educação; entre outros.

Em consonância com as suas atribuições formais, o Município de Peniche definiu, nas Grandes Opções do Plano para 2014, que *“irá continuar a investir na consolidação do tecido associativo, através do aprofundamento do conhecimento do mesmo, do apoio às atividades, da divulgação das iniciativas, do apoio na elaboração de instrumentos de planeamento e, ainda, na promoção do trabalho em rede”* (p. 49).

Com efeito, segundo Henriques, os municípios surgem como agentes bem colocados para assumir o protagonismo na condução dos processos de desenvolvimento, desempenhando um papel fundamental na regulação social e na construção de novas formas de governança que impulsionem a participação da sociedade civil, que, por sua vez, deve assumir uma postura pró-ativa (2007: 146). Os municípios devem, ao nível do planeamento territorial, incorporar instrumentos que fomentem a participação das associações (como foi visto anteriormente), que clarifiquem as opções estratégicas relativas aos interesses coletivos, de modo a constituir um referencial para a atuação das mesmas nos processos de desenvolvimento.

¹ Consultado a 01/07/2014:

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art249>

3. Contextualização do tecido associativo do concelho de Peniche

No âmbito do Concelho de Peniche foram identificadas, no total, 94 Associações, as quais se encontram disseminadas por todo o território, com fins diversos e com âmbitos territoriais de ação mais focalizados ou mais amplos, que nuns casos são circunscritos às povoações que integram, noutros são extensíveis a mais do que um território ou abarcam a globalidade do concelho, havendo inclusive casos de associações locais que compreendem âmbitos supraconcelhios².

Quadro 1 – Lista das associações concelhias identificadas

1	Acompanha
2	ADAP - Associação de Desporto Amador de Peniche
3	ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche
4	ALA - Associação Local de Artes
5	Arméria - Movimento Ambientalista do Concelho de Peniche
6	Associação "Mão Amiga"
7	Associação Acólitos de Peniche
8	Associação Amigos da Berlenga
9	Associação Botafogo Futebol Clube dos Bolhos
10	Associação Comercial, industrial e de Serviços de Peniche
11	Associação Cult. Desp. Rec. Bufarda
12	Associação Cult. Desp. Ribafria
13	Associação Cult. Rec. Casais Brancos
14	Associação Cult. Rec. Desp. Casais Mestre Mendo
15	Associação Cult. Rec. Desp. Reinaldense
16	Associação Cult. Rec. Dona Inês de Castro
17	Associação Cultural Sénior de Peniche
18	Associação Dadores Benévolos de Sangue de Peniche
19	Associação de Marinheiros e Ex-Marinheiros Armada Port. Lit. Oeste
20	Associação de Caçadores e Pescadores dos Amigos de Peniche
21	Associação de Estudantes AESTM
22	Associação de Estudantes Escola Secundária
23	Associação de Motociclismo de Peniche
24	Associação de Solidariedade Social de Ferrel
25	Associação de surf e surfcamps de Peniche
26	Associação Desp. Cult. Rec. "O Independente"
27	Associação Desp. Rec. Casal Moinho
28	Associação Desportiva e Cultural dos Bolhos
29	Associação do Centro de Dia da Serra D'el Rei
30	Associação dos Bombeiros Voluntários de Peniche
31	Associação E.F.C.R. Penichense
32	Associação Juvenil de Peniche
33	Associação para o Jardim de Infância de Ferrel
34	Associação para o Jardim Infantil de Serra D'el rei

² Como exemplos de associações concelhias com âmbitos territoriais que podem extravasar os limites concelhios, temos os casos da Associação de Solidariedade Social de Ferrel e do Centro Solidariedade e Cultura de Peniche que contemplam, para a valência de Lar de Idosos, vagas para situações que o Instituto da Segurança Social possa referenciar, as quais podem ter proveniência de outros concelhos. Temos ainda o exemplo da ADEPE, cujos estatutos preveem a possibilidade de uma intervenção supraconcelhia (Art.º 2º dos Estatutos).

**PROJETO DE ELABORAÇÃO DA CARTA LOCAL DO ASSOCIATIVISMO
CONCELHO DE PENICHE**

35	Associação Portuguesa de Taekwond-Do do Oeste
36	Associação Protetora dos Animais
37	Associação Rec. Cult. Desp. de Ferrel
38	Associação Rec. Cult. São Lourenço - Carqueja
39	Associação Recreativa dos Amigos da Praia do Baleal
40	Atlético Clube de Geraldês
41	Casa do Benfica do Concelho de Peniche
42	Centro Activ. R. M. Casais do Júlio
43	Centro Canoagem do Oeste
44	Centro de Convívio e Cultura de Geraldês Rancho Folclórico de Geraldês
45	Centro Paroquial Bem-estar Social
46	Centro Social da Bufarda
47	Centro Social do Povoal - Câmara Municipal de Peniche
48	Centro Solidariedade e Cultura de Peniche
49	CERCIP
50	Clube de Lazer Santana
51	Clube de Ténis de Peniche
52	Clube desportivo Leões do Bairro
53	Clube Naval de Peniche
54	Clube Ornitológico de Peniche
55	Clube Recreativo Penichense
56	Clube Stella Maris de Peniche
57	Comissão Organizadora Festa Nossa Sr.ª da Boa Viagem
58	Conferencia Feminina S. Vicente Paulo
59	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1228 - Atouguia da Baleia
60	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 512 - Peniche
61	Fábrica da Igreja da Atouguia da Baleia
62	Fábrica da Igreja N. Sr.ª da Ajuda
63	Fábrica da Igreja S. Pedro
64	Fábrica da Igreja S. Sebastião
65	Grupo Cantar de Amigos
66	Grupo Desportivo Atouguiense
67	Grupo Desportivo Costa Brava
67	Grupo Desportivo de Peniche
68	Lusitano Clube da Bufarda
69	MURPI - Comissão Reformados, Pension. e Idosos de Peniche
70	Nova Aliança
71	Núcleo de Peniche da Cruz Vermelha Portuguesa
72	Núcleo dos Ex-combatentes da cidade de Peniche
73	Núcleo Sportinguista de Atouguia da Baleia
74	Nucleo Sportinguista de Peniche
75	PAC - Peniche Amigos Clube
77	Peniche-Rendibilros - Assoc. Defesa Promoção Rendas Bilros
78	Península de Peniche Surf Camp
80	Rancho Folclórico "As Lavadeiras dos Bolhos"
81	Rancho folclórico "Os Camponeses da Beira Mar"
82	Rotary Clube de Peniche
83	Rugby Clube de Peniche
84	Santa Casa da Misericórdia de Atouguia da Baleia
85	Santa Casa da Misericórdia de Peniche
86	Serrana - Associação Desp. Cult. Rec.

	Rancho Folclórico
	Banda Filarmónica
87	Sociedade Columbófila de Peniche
88	Sociedade Filarmónica União 1º Dezembro de 1902
89	Sporting Clube da Estrada
90	Sporting Clube de Vila Maria
91	União Desp. Cult. São Bernardino
92	União Juvenil de Ferrel
93	União Rec. Desp. Cult. do Paço
94	Vespa Clube do Oeste

O quadro seguinte, que mostra a distribuição das associações por áreas de intervenção, é revelador da diversidade setorial abarcada pelo tecido associativo local, nomeadamente: o ambiente, a cultura, o desporto, a recreação, a religião, a zoofilia, fins humanitários e sociais. Uma outra evidência que salienta tem a ver com o facto da maioria das associações (62,8%) ter uma vocação de carácter plural, na medida em que abarca mais do que uma única área de intervenção.

Quadro 2 – Distribuição das associações segundo a área de intervenção

Natureza da Associação	N.º
Ambientalistas	1
Cultural	4
Desportiva	13
Recreativa	3
Religiosa	1
Social	11
Zoófila	2
Cultural, Recreativa e Social	3
Cultural e Recreativa	8
Cultural e Social	3
Cultural, Social e Religiosa	4
Desportiva e Cultural	2
Desportiva e Recreativa	1
Desportiva e Social	2
Desportiva e Zoófila	1
Desportiva, Cultural e Recreativa	22
Desportiva, Cultural, Recreativa e Empresarial	1
Desportiva, Cultural, Recreativa e Social	4
Desportiva e Cultural	4
Recreativa e Social	1
Social e Humanitária	2
Social e Religiosa	1

Predominando um perfil plural entre as associações concelhias quanto à vocação setorial, as áreas da intervenção que as caracterizam têm no entanto uma cobertura heterogénea, sobressaindo as áreas da cultura e do desporto, com efeito: 54,3% das associações têm atividades na área da cultura; 53,2% na área do desporto; 45,7%, na área recreativa; e 33%, na área social (só para referir as áreas preponderantes).

Os resultados do estudo de caracterização dos recursos associativos locais³, ainda que parciais por não recobrirem a totalidade das associações, tendo sido abarcado um universo de 54 associações, fornecem complementos informativos relevantes e indicativos quanto às características do tecido associativo do concelho.

Desde logo, confirmam a característica plurifacetada das coletividades locais (conforme se percebe da figura 1). Considerando cada uma das áreas de intervenção de forma específica (figura 2), também se verifica que os principais âmbitos de ação são a cultura, o desporto, a recreação e a área social, a qual, de acordo com este estudo, chega a sobrepor-se às restantes áreas – isto se aglutinarmos os itens “famílias”, “deficiência”, “idosos”, “infância” e “juventude”.

Figura 1 - Associações abrangidas pelo Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais segundo a área de intervenção (em sentido lato) (%)

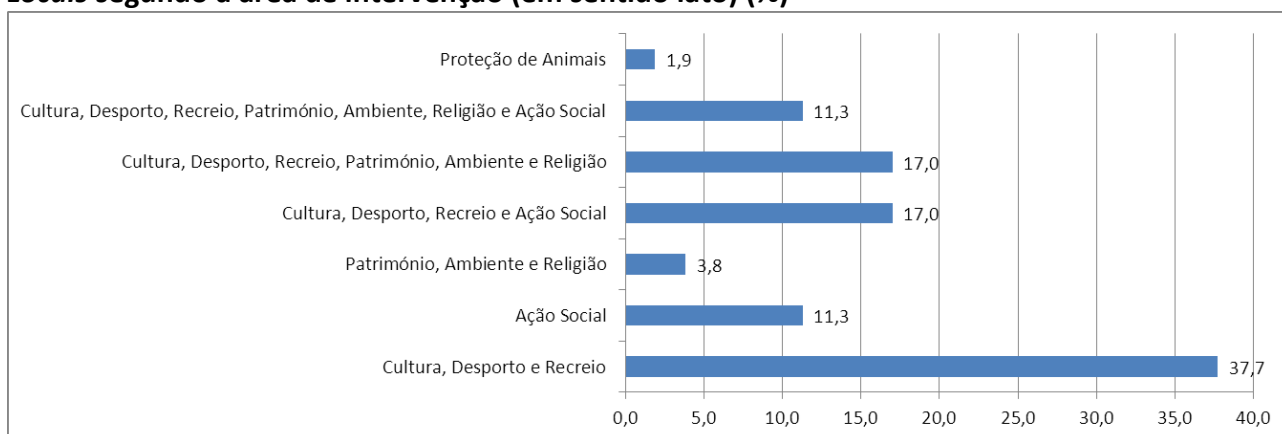
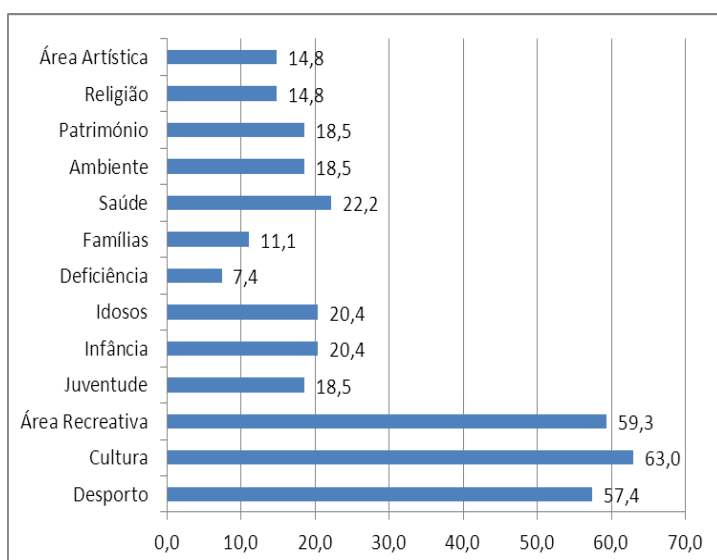


Figura 2 - Associações abrangidas pelo Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais segundo a área de intervenção (em sentido estrito) (%)



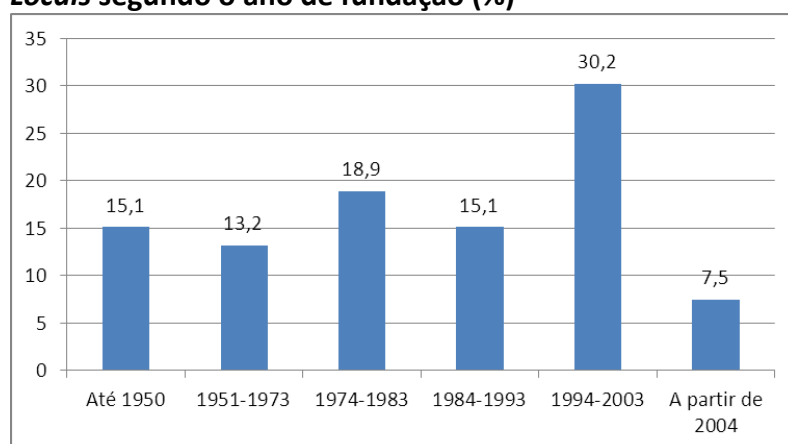
³ CMP, Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais, 23 de Maio de 2012.

No cômputo geral das 54 associações contempladas pelo estudo, cifra-se em 21948 o total de associados, sendo predominantes entre eles o perfil masculino (62,6% dos associados são homens e 37,4%, mulheres). Registam-se diferenças significativas entre as associações no que diz respeito à dimensão do universo de associados, que chega a ser, no limite mínimo observado, de 10 associados e, no máximo, de 5100 associados, estimando-se que há um universo médio de 467 associados por coletividade.

Se aplicarmos a média de associados calculada ao conjunto das associações locais existentes (94 associações), é de estimar que para esse universo associativo haja um total de 43 898 associados. De acordo com esta estimativa, o universo de associados será largamente superior ao total de habitantes do Concelho⁴, o que, a verificar-se, pode ter na base a circunstância de haver pessoas que acumulam a condição de associado em diferentes associações e/ou de haver associados com residência noutros municípios.

Em termos de antiguidade, a data de fundação das associações é variável, existindo no concelho de Peniche associações que são anteriores à década de 50 do século passado (15,1%), algumas das quais já são centenárias⁵. Contudo, a larga maioria tem origem no Pós 25 de Abril (71,7%), sendo que, destas, mais de metade são relativamente recentes por terem sido fundadas nos últimos 20 anos, dado que está em sintonia com os resultados de estudos feitos no país que indicam que o aumento da participação social, em Portugal, ocorre após o 25 de Abril de 1974, em virtude do abrandamento da pressão social e política em que o país se encontrava submergido⁶.

Figura 4 - Associações abrangidas pelo Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais segundo o ano de fundação (%)



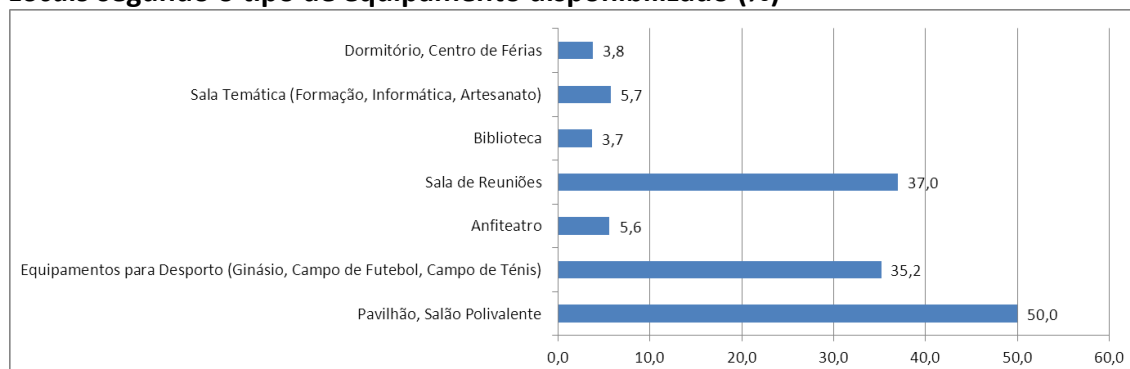
Quanto aos equipamentos que são disponibilizados pelas associações, a leitura da figura 5 mostra um leque variado e denota a relevância social do associativismo do ponto de vista da promoção da qualidade de vida e do bem-estar, nomeadamente através da promoção do acesso a atividades desportivas, culturais, recreativas, ou de apoio social.

⁴ Segundo os Censos de 2011, é de 27.753 o número de habitantes no concelho de Peniche (Site do INE).

⁵ É, por exemplo, o caso do Clube Recreativo Penichense, fundado em 1901; da Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense e da Sociedade Filarmónica União 1º de Dezembro de 1902, ambas fundadas em 1902; e da Serrana – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Serra D’El Rei, fundada em 1909.

⁶ Ver, por exemplo, Cruz, Manuel Braga da, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, 1995, Lisboa, Bertrand Editora.

Figura 5 - Associações abrangidas pelo Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais segundo o tipo de equipamento disponibilizado (%)



Entre os equipamentos mais frequentes que são disponibilizados pelas associações inquiridas, temos, como recurso presente em 50% das associações, espaços polivalentes de uso coletivo e, em mais de $\frac{1}{3}$ delas, salas para reuniões e equipamentos para a prática de diversas modalidades desportivas, em particular, ginástica, futebol e ténis. Com um nível de oferta mais reduzido, mas não obstante igualmente significativo, encontram-se ainda salas temáticas (em 5,7% das coletividades), anfiteatros (em 5,6% dos casos) e espaços para dormidas e centros de férias (em 3,8% dos casos). Em muitos dos territórios concelhios, os equipamentos coletivos colocados à disposição das comunidades pelas coletividades serão mesmo os principais senão os únicos disponíveis para a prática de atividades desportivas, recreativas, culturais ou de solidariedade social, sendo inclusivamente utilizados por escolas do 1º ciclo do ensino básico, mediante parcerias com as associações, como recursos complementares para a ação educativa - como acontece no desenvolvimento das AEC – “Atividades de Enriquecimento Curricular”.

É de salientar por outro lado que o movimento associativo desempenha uma outra função social relevante pelo papel que exerce ao nível da criação local de emprego.

Quadro 3 - Associações abrangidas pelo Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais segundo a existência de trabalhadores

Total Associações C/ Trabalhadores	% Associações C/ Trabalhadores	Total Trabalhadores
21	38,9	206

Com efeito, das 54 associações abrangidas pelo inquérito, uma percentagem significativa delas (38,9%) emprega trabalhadores, proporcionando um total de 206 postos de trabalho. É de ter em conta que, de uma forma generalizada (em 79% das associações), a maioria ou mesmo totalidade dos trabalhadores são contratados para prestações de trabalho a tempo inteiro, sendo de admitir na sequência que, para a generalidade dos trabalhadores abrangidos, o vínculo à coletividade consistirá na sua principal (senão mesmo única) fonte de rendimento. Apenas um número residual de associações (15,8%) privilegia a contratação a tempo parcial. Os trabalhadores são predominantemente do género masculino (há 67% de homens contra 33% de mulheres) e repartem-

se por diferentes categorias profissionais conforme descreve a figura 7, destacando-se pelo seu peso percentual o pessoal auxiliar (38,6%), os profissionais da restauração (15,3%) e o pessoal administrativo (10,7%).

Figura 6 - Associações abrangidas pelo Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais segundo o tipo de prestação dos respetivos trabalhadores (%)

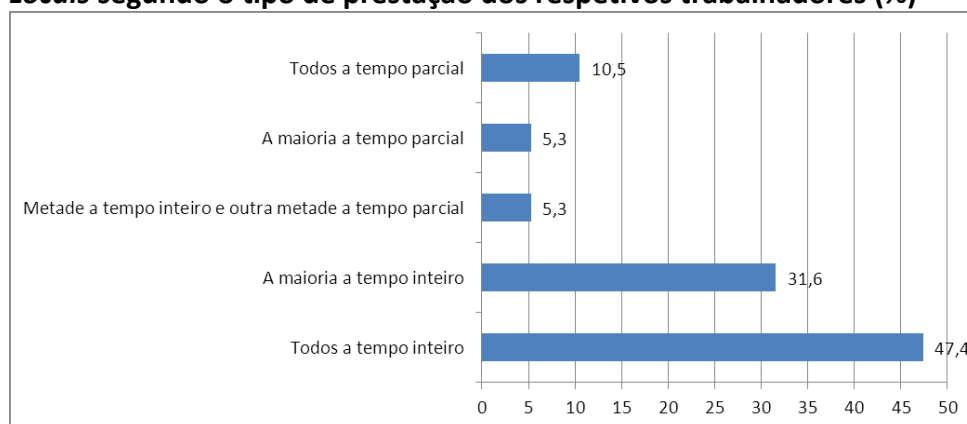
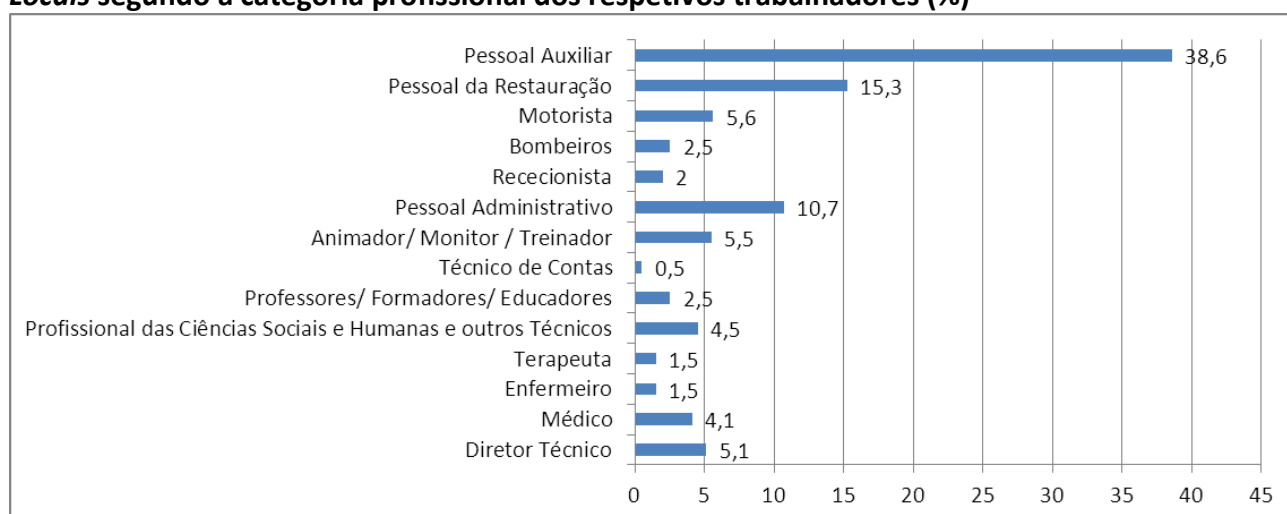
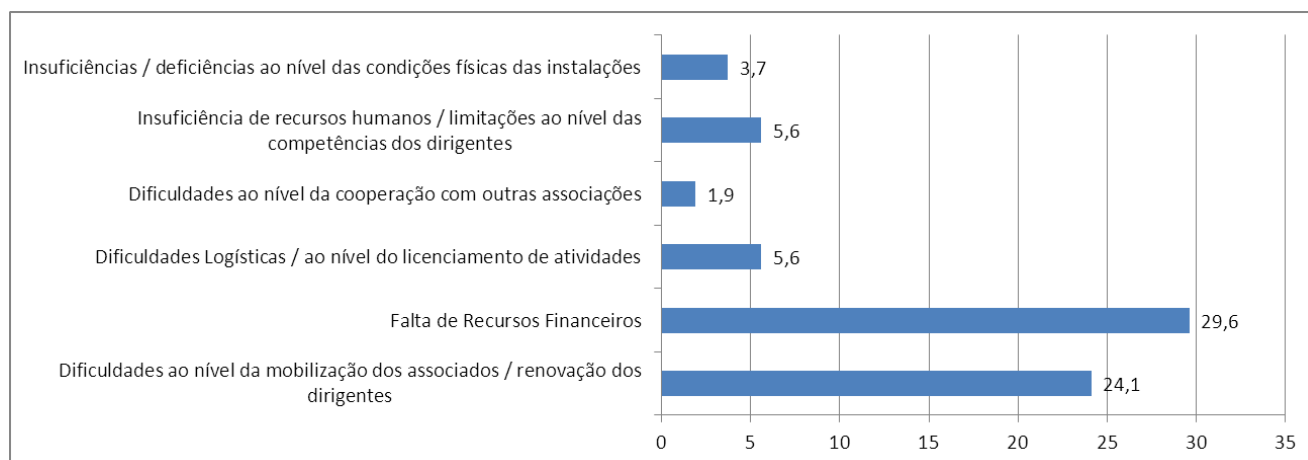


Figura 7 - Associações abrangidas pelo Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais segundo a categoria profissional dos respetivos trabalhadores (%)



Atentando por último nas dificuldades manifestadas pelos dirigentes associativos, constata-se que têm sobretudo a ver com a escassez de meios financeiros (29,6%) e com a dificuldade ao nível da mobilização dos associados e da renovação dos órgãos sociais (24,1%). De uma forma menos expressiva, são ainda evocadas problemas relacionados com a logística (5,6%), com a limitação de recursos humanos e de competências da classe dirigente (5,6%), com insuficiências e deficiências ao nível das instalações físicas (3,7%) e com a dificuldade ao nível da cooperação interassociativa (1,9%).

Figura 8 - Associações abrangidas pelo Estudo de Caracterização dos Recursos Associativos Locais segundo o tipo de dificuldade sentida (%)



4. Objetivos da Carta Local para o Associativismo

Sendo reconhecida a importância estratégica do movimento associativo para o desenvolvimento local, importa centrar as atenções no caso concreto da realidade do Concelho de Peniche e, desde logo, começar por suscitar um conjunto de interrogações:

- Qual o universo e as características do movimento associativo do Concelho?
- Que recursos disponibilizam? Qual a sua importância para as comunidades locais?
- Como se autorrepresentam os atores associativos? Como percecionam a sua ação individual e coletiva?
- Qual o papel das associações no bem-estar e na qualidade de vida das comunidades em que estão inseridas? Quais as suas forças e quais as suas fragilidades? E esse papel e a sua ação podem ser potenciados?
- Considerando os atuais condicionalismos e restrições com que se debatem as autarquias, pode o Município de Peniche assumir o compromisso de incentivar o reforço do movimento associativo? De que forma?

A Carta Local do Associativismo procura justamente introduzir incentivos para o reforço e expansão do movimento associativo no Concelho, ao consagrar formas de apoio às dinâmicas associativas e ao contribuir para o (re)conhecimento dos recursos e serviços que disponibilizam à comunidade. Não constitui um fim em si mesma, mas pretende ser antes um meio para apoiar o movimento associativo, constituindo-se assim como um instrumento estratégico.

O objetivo central da Carta Local do Associativismo é apoiar a dinâmica associativa e orientar a sua ação em torno de objetivos considerados de forma coletiva como sendo estratégicos para o desenvolvimento do Concelho. Este instrumento destina-se a ter funções de regulação do apoio municipal às associações e a contribuir para a mobilização da ação coletiva através da participação, do envolvimento e da responsabilização dos atores locais nos processos de desenvolvimento local,

que por sua vez, e a seu tempo, irão contribuir para o aumento do bem-estar e da qualidade de vida no Concelho de Peniche.

A Carta Local do Associativismo pretende clarificar e reforçar as relações de cooperação entre o município e as associações e, até mesmo, entre associações. Isto, de modo, a potenciar a criação de respostas inovadoras que façam frente aos problemas e desafios que condicionam o desenvolvimento local do Concelho de Peniche e que possam, de alguma forma, atenuar os efeitos da conjuntura económica/financeira que vivemos atualmente.

Como foi dito anteriormente, a Carta Local do Associativismo tem como objetivo geral **a dinamização da atividade associativa em torno dos objetivos estratégicos para o desenvolvimento local**. Os objetivos específicos são:

- Promover os recursos associativos locais, através da caracterização/monitorização e divulgação do tecido associativo concelhio e da dinamização de formas de cooperação interassociativa;
- Definir as linhas orientadoras dos princípios de atuação e de regulação do apoio do Município de Peniche ao tecido associativo em prol do desenvolvimento local do Concelho.

Na fase inicial do seu processo de construção, a Carta Local do Associativismo irá contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as associações presentes no Concelho, através da criação de uma base de dados de identificação e caracterização das associações locais e através da identificação, caracterização e divulgação dos recursos associativos. Numa segunda fase, de implementação, a Carta pretende incentivar:

- O planeamento anual das atividades por parte das associações;
- A articulação entre o planeamento municipal e o planeamento das associações;
- A concertação e a convergência dos objetivos estratégicos municipais e as iniciativas desenvolvidas pelas associações;
- A divulgação anual da agenda associativa concelhia;
- Uma cultura de comunicação interassociativa, de interface, de conhecimento mútuo, de articulação em rede, de cooperação e rentabilização de recursos associativos.

Quanto a produtos a esperar deste processo, podemos enumerar os seguintes:

- A Carta Local do Associativismo, como instrumento de planeamento estratégico para o desenvolvimento associativo do Concelho de Peniche;
- O Guia de Recursos Associativos Locais, como ferramenta de mapeamento e caracterização e divulgar tecido associativo do Concelho;
- O Portal do Associativismo Local, como plataforma digital interativa de divulgação do Associativismo e das suas dinâmicas;
- A constituição e dinamização de fóruns associativos, enquanto espaços privilegiados de mobilização para a participação nos processos de desenvolvimento local.

5. Metodologia

O processo de construção da Carta Local do Associativismo assume-se, ele próprio, enquanto forma de intervenção, no sentido em que irá iniciar os processos de conscientização sobre os recursos associativos locais disponíveis; de capacitação e *empowerment* do tecido associativo, e de

organização e mobilização da ação associativa em prol do desenvolvimento local. Devido à constante mutabilidade da realidade social e associativa, a implementação da Carta terá de se assumir enquanto um processo dinâmico, com a capacidade de se adaptar às necessidades do município na promoção do desenvolvimento local.

A elaboração da Carta Local do Associativismo terá por base a utilização de metodologias participativas que apelam à participação de todos os atores relevantes para o processo de forma horizontal, apelando ao envolvimento e ao compromisso dos mesmos com os resultados deste mesmo processo. Na elaboração da Carta serão envolvidas as associações do Concelho de Peniche. É importante ressaltar que a Câmara desempenhará o papel de entidade dinamizadora/coordenadora.

A mobilização de diversos atores de modo a impulsionar a ação coletiva é um processo complexo e para garantir a eficácia do mesmo é fundamental estabelecer pontes entre o conhecimento de quem está no “terreno” com o conhecimento ao nível académico, assim, considera-se fundamental a inclusão de um/a consultor/a na equipa de intervenção.

O processo de construção da Carta Local do Associativismo, propriamente dito, irá dividir-se nas seguintes fases:

- **1ª Fase: Estabilização da informação de base para a elaboração da Carta**

Mapeamento do tecido associativo e elaboração de um trabalho de investigação, no âmbito do Mestrado em Sociologia, em torno da mobilização coletiva do tecido associativo em prol do desenvolvimento local no concelho de Peniche.

- **2ª Fase: Capacitação do tecido associativo para a elaboração da Carta**

De acordo com os resultados da primeira fase, serão desenvolvidas várias sessões de capacitação e de construção de uma identidade coletiva local de modo a promover o envolvimento e a participação ativa das associações nos processos de desenvolvimento local e, mais concretamente, no processo de construção da Carta Local do Associativismo. Esta fase redundará numa proposta da autarquia que será discutida com os atores a envolver no processo, de forma a garantir a estabilização das regras e princípios que a nortearão a mobilização do tecido associativo.

- **3ª Fase: Elaboração da Carta do Associativismo Local**

Durante esta fase serão desenvolvidos os trabalhos conducentes à elaboração da Carta, em função de metodologias participativas. Destes trabalhos irá resultar a elaboração da Carta Local do Associativismo e a sua formalização enquanto instrumento de planeamento para o desenvolvimento local do concelho de Peniche.

6. Cronograma

Segue o cronograma correspondente ao processo de elaboração da Carta Local do Associativismo. Este cronograma apresenta de forma genérica as atividades que serão desenvolvidas ao longo da elaboração da Carta. Chamamos a atenção para o fato da elaboração da Carta ser um processo de cariz participativo, o que implicará a criação de espaços de construção coletiva das atividades e a construção faseada das atividades a desenvolver.

Cronograma de Elaboração da Carta Local do Associativismo

Fases	Objetivos	Atividades Previstas	2014						2015							
			Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun		
1ª Fase	Estabilização da informação de base para a elaboração da Carta	1.1. Elaboração do guião de entrevista de recolha de informação e levantamento do material documental disponível sobre o associativismo em Peniche;														
		1.2. Realização de entrevistas com informadores privilegiados (Câmara, Juntas de Freguesia, ADEPE);														
		1.3. Realização de entrevistas com as associações;														
		1.4. Tratamento e análise dos dados recolhidos, e elaboração de um trabalho de investigação em torno do papel das associações no desenvolvimento local no concelho de Peniche;														
2ª Fase	Capacitação do tecido associativo para a elaboração da Carta	2.1. Realização de um Fórum sobre o Papel do Associativismo no Desenvolvimento Local: Desafios e Potencialidades (neste fórum será incluída a apresentação do projeto de elaboração da Carta Local do Associativismo);														
		2.2. Realização de encontros com as associações, por freguesia, para a devolução dos resultados da primeira fase e para a capacitação do tecido associativo tendo em vista a sua participação na elaboração da Carta;														
3ª Fase	Elaboração da Carta Local do Associativismo	3.1. Realização de encontros, por freguesia, para a construção conjunta da Carta Local do Associativismo;														
		3.2. Elaboração da proposta da Carta Local do Associativismo;														
		3.3. Realização de encontros com as associações, por freguesia, para a apresentação e validação da Carta;														
		3.4. Aprovação da Carta Local do Associativismo pelo Executivo Camarário;														
		3.5. Aprovação da Carta Local do Associativismo pela Assembleia Municipal;														
		3.6. Publicação em Diário da República da Carta Local para o Associativismo														

7. Recursos/Equipa Técnica

De modo a promover a sustentabilidade e criar espaços de participação desde a sua conceção, este projeto, para além da equipa municipal, conta com a participação da ADEPE, na qualidade de associação de desenvolvimento local do concelho de Peniche que é representativa das associações de Peniche.

Pretende ainda contar com um serviço de consultoria especializado para acompanhar e orientar tecnicamente o processo de construção participada da Carta, assim como para promover as ações previstas de sensibilização e de capacitação destinadas aos responsáveis associativos.

8. Bibliografia

AMARO, Rogério Roque; Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em Renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria. **Caderno de Estudos Africanos**, Lisboa. N.º XX (2004), p. 35-70.

AMARO, Rogério Roque, O conceito de desenvolvimento local no quadro da revisão do conceito de desenvolvimento. In **Desenvolver (Des)Envolvendo – Reflexões e pistas para o desenvolvimento local**. Messejana: Esdime – Agência para o Desenvolvimento do Alentejo Sudoeste, 2000, p. 155-169.

ANIMAR; **Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local**. Vialonga: Animar, 2003.

CAPUCHA, Luís; Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. **Sociologia – Problemas e Práticas**. N.º8 (1990), p. 29-41.

COELHO, Sandra Lima; **Participação Social e Associativismo em Portugal: Breves Apontamento de um estudo de caso de uma Associação de Promoção ao Comércio Justo**, Fórum Associativismo, (2008), comunicação apresentada na conferência “O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza”, consultado a 5 de Maio de 2014 na hiperligação: http://isociologia.pt/App_Files/Documents/working29_101019094709.pdf.

GUERRA, Isabel; **Participação e Ação Coletiva: Interesses, Conflitos e Consensos**. Estoril: Principia, 2006.

HENRIQUES, José Manuel; **Crise, Economia Social e Solidária e “Integração Económica” na Ação Contra a Pobreza**, Boletim Temático.

HENRIQUES, José Manuel; “Desintegração Local e Governança: discursos e possibilidades”, in Salavisa, I., Rodrigues, W. e Mendonça, S. (eds), **Inovação e Globalização: estratégias para o**

VIEGAS, José Manuel Leite; “Implicações democráticas das Associações Voluntárias: caso português numa perspetiva comparativa europeia”, **Sociologia: problemas e práticas**, n.º 46, (2004), p. 33-50.